

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

v. 8 n. 3 dezembro 1980

*Roteiro para um guia  
de arquivos históricos  
privados*

*Arquivos eclesiásticos*

70372 Clas. PER  
vo & Administração  
.3  
dez.1980

00

00 2244

## Documentação e Memória\*

O brasileiro tem fraca memória. O País não é de respeitar muito as tradições. Daí, em conseqüência, a pouca importância que dá à necessidade de um sistema nacional de arquivo. A maior parte da documentação é jogada fora, queimada ou vendida a peso. Em todo lugar do mundo civilizado, os documentos são guardados, conservados, classificados, para uso historiográfico. Muito da história financeira dos países é feito à luz de documentação particular: recibos, cadernos de contas, contratos, processos, contendas judiciárias, diários íntimos, livros de memórias não publicados. Sem falar na documentação pública. Aqui se joga fora como papel velho. Há pouco tempo uma autoridade judiciária decidiu vender a peso uma rica documentação sob o pretexto de que não havia lugar para guardá-la. Eis um exemplo típico de nossa falta de consciência histórica e de nosso desprezo pela documentação.

É um truísmo afirmar que a história se escreve à luz de documentos. E não só dos oficiais. Nossa historiografia tem-se baseado, em grande parte, na documentação existente nos arquivos europeus, especialmente portugueses. É a história vista da perspectiva da Torre do Tombo. Mas há um acervo de documentos relegados para segundo plano — o das prefeituras, das coletorias, alfândegas, como também das fazendas, engenhos, casas de famílias tradicionais. A todo esse material vota-se supino desprezo ou, na melhor hipótese, superior desatenção.

Ora, jamais saberemos como foram criados e construídos nossos caminhos, vilas, cidades, fazendas, afinal nossa vida social e econômica, as origens e desenvolvimento de nossa sociedade, se não examinarmos os depósitos de papel velho — em via de destruição pela água, mofo, traça e pelo desprezo dos nossos homens particulares e públicos.

Nossa história não foi feita, no dia-a-dia, pelas autoridades colonizadoras, que se deixavam ficar comodamente nas cidades costeiras, não penetrando no território. Há toda uma vida criada no interior — fazendas, vilas, estradas — feita pelo pé-duro, pelo homem comum, que se arriscava pelos desvãos do País, construindo o País. A estes se deve mais do que a nenhuns a criação do País como um todo, a organização da unidade nacional. A eles se deve a penetração da Língua Portuguesa, que até o século XVIII não era geralmente usada.

Pois bem, esse aspecto, esse lado da nossa história é desprezado. Só muito recentemente os nossos historiadores, sobretudo os brasilianistas, estão dirigindo a atenção para a história que se construiu aqui no Brasil, e não para a que se fez nos gabinetes oficiais.

Daí a necessidade de salvarem-se os arquivos, os jornais antigos, a documentação política e privada. É mister criar-se um sistema nacional de arquivos, que envolva todos os arquivos locais, salvaguardando a memória nacional da destruição. Esse patrimônio é de valor inestimável, e impõe-se fazer nascer e difundir-se uma consciência que promova a guarda dessa documentação. E, ao mesmo tempo, construam-se prédios em que esse acervo seja guardado segundo os modernos métodos arquivológicos. É notório que tudo isso não é fácil em virtude de sermos um País pobre. Mas o mal maior não é a ausência de recursos, mas a má aplicação dos dinheiros públicos. Não há dinheiro para aparelhar nosso sistema bibliotecário e arquivístico. Mas não falta para se edificarem bancos. Tudo o que se refere à cultura e à educação é menosprezado, não merece a atenção dos organismos financeiros. Não havendo onde depositar papéis velhos, é claro que a inclinação natural e imediata é para queimá-los ou jogá-los ao lixo, como não tendo valor.

Em verdade, essa é uma mentalidade generalizada entre nós. É a mesma atitude de espírito que devotamos aos papéis velhos e aos livros. Exemplo típico é o das bibliotecas. Nossas bibliotecas públicas são tratadas pelos governos de maneira lastimável. Não têm verbas, pessoal, aparelhagem. As particulares são destroçadas quando morrem os seus proprietários. Um homem levou uma vida a reunir uma coleção — e ela deve ser encarada como um patrimônio público, já que os governos não têm o mesmo gosto e interesse em construir uma rede bibliotecária. Pois esse patrimônio é destruído. Até mesmo as públicas passam freqüentemente pelo mesmo destino desafortunado da destruição.

Tudo porque não temos memória, nem espírito comunitário. Somos individualistas.

**Après moi le déluge.**

Afrânio Coutinho

Extraído de *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1980.



Fas.  
Arqu  
v. 8  
set